

Ata da Reunião da Câmara Temática de Motocicleta

Data: 11/02/2019 | **Local:** R. Barão de Itapetininga, 18 – térreo

Pauta: Crescimento do número de mortes de motociclistas

Participantes

Poder Público:

- Ilana B. Frigieri – CET
- Antônio Carlos Roson - CET
- Alexandra Morgilli – CET
- Filipe Sansove – SMT
- Anderson Claylon Nogueira – SMT
- Carlos Codesseira – CET
- Eduardo Macabely – CET
- José Eduardo Canhadas - CET
- Nancy Schneider - CET
- Milton Carlos da Silva – SPTrans
- Antônio Tadeu de Oliveira – CET
- Cristina de Miranda Costa – SMT
- Elisabete França – CET
- Luiz Carlos Frigerio – SMT

Membros da CT de Mobilidade De Motocicleta

- Rodrigo Silva – Sindimoto SP
- Wilson K. Yasuda - Abraciclo
- Gilberto dos Santos – Sindimoto SP
- Marcos C. Alves – Sindimoto SP
- Gerson Silva Cunha – Sindimoto SP
- José Heverardo C. Montal – ABRAMET
- Vera Lucia Aparecida Coelho Duarte – Detran SP/Escola de Trânsito

Observadores:

- Eduardo Nerheje
- Fernando P. dos Santos Munhoz
- Marina Neves

Nancy – inicia a reunião solicitando para que todos os participantes se apresentassem.

Alexandra – apresentação sobre o aumento do número de mortes de motociclistas entre 2017 e 2018.

Wilson – abre o debate e aponta que é preciso investigar se o crescimento do percentual de mortes está relacionado aos aplicativos de entrega, falta de regulamentação, educação no trânsito ou conscientização.

José H – julga importante resgatar a autoestima dos condutores e que um chamado da prefeitura expondo o problema pode ser pedagógico. Sugere cursos de primeiros socorros e acredita que seguradoras podem ser boas parceiras na causa.

Rodrigo – destaca que um motofrete CLT tem direito ao seguro de vida e isso não acontece com os entregadores de aplicativos, o que considera uma desvalorização da categoria.

Alexandra – diz que as mortes não se concentram somente em motofrete, mas aos motociclistas em geral, já que houve um crescimento de pessoas que trocaram o transporte público pelo veículo devido ao custo econômico e rapidez.

Vera – entende que a falta de regulamentação dos aplicativos é um fator a ser considerado nas estatísticas, mas alerta que a indústria de motocicletas precisa conscientizar melhor o risco da moto aos usuários para desmanchar a imagem como um veículo de velocidade. Para ela, o trânsito gira em torno dos carros e falta espaço para as motocicletas nas vias.

Wilson – diz que é um trabalho para toda a indústria automobilística, já que a maioria dos acidentes ocorre entre motos e carros.

Eduardo N. – alega que não é correto concentrar toda a culpa no comportamento dos condutores, concorda com Vera sobre a falta de espaço para o modal no trânsito e salienta que é preciso mostrar o valor do trabalho da classe para a sociedade e frisar o respeito a eles.

Rodrigo – apela para que exista uma cobrança maior na responsabilidade das empresas de aplicativos e empresas que contratam esse serviço. Segundo ele, nos últimos seis anos nada foi feito para os motociclistas e que as companhias estão se aproveitando dessa abertura do poder público para exploração.

Vera – questiona por que as empresas de aplicativos não são regulamentadas?

Nancy – responde que elas não se denominam empresas de motofrete, e sim de tecnologia e por essa razão não se adequam a regulamentação.

Gilberto – menciona que ação do Ministério Público do trabalho contra as empresas por fraudar as normas trabalhistas está para ser concluída e que a possível penalização pode ser um avanço positivo.

Ilana – concorda com os levantamentos dos participantes, mas indica que é necessário ser convincente para que as ações tenham eficácia. Sugere ações imediatas e propõe mobilização com apelo a família.

Nancy – sugere propor ao secretário contato com as empresas de aplicativos para debater sobre o número de mortos e abrir um chamado para todos que estão contribuindo com esse aumento. Segundo ela, é fundamental à união e participação da prefeitura, seguradoras, empresas de aplicativos e Abraciclo para elaborar um plano de comunicação.

Alexandra – pergunta a Gilberto se a SINDIMOTOSP possui mais dados sobre os incidentes e se eles podem ser compartilhados?

Gilberto – explica que a questão dos dados é complicada, já que a única forma de identificação dos mortos nos acidentes vem de testemunho das famílias sobre o trabalho das vítimas como motofrete de aplicativos. Ele aponta que é difícil o contato do sindicato com a categoria, pois as organizações determinam que os condutores tenham CNPJ ou MEI, e por receio de perder o trabalho nas plataformas de entrega, acabam evitando relação com a SINDIMOTOSP.

Rodrigo – inicia uma apresentação sobre as leis do serviço de motofrete, destacando a forma que as empresas burlam e se aproveitam de brechas para explorar os prestadores de serviço. Finaliza indicando ser competência do município averiguar os perigos da atividade de motofrete por aplicativos.